

RELACIONES INTERNACIONALES: UNA TEORIA
CRÍTICA DESDE LA PERIFERIA SUDAMERICANARicardo Bruno BOFF¹

GULLO, M. *Relaciones Internacionales: una teoría crítica desde la periferia sudamericana*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2018.

O livro *Relaciones Internacionales: una teoría crítica desde la periferia sudamericana*, do cientista político argentino Marcelo Gullo Omodeo, tem como objetivo geral construir uma teoria das Relações Internacionais (RI) *das* nações periféricas e *para* as nações periféricas. Gullo parte da constatação de que o campo de estudo das Relações Internacionais, que nasceu na Grã-Bretanha logo após a Primeira Guerra Mundial e foi levado para os Estados Unidos nas décadas de 1920 e 30, surgiu para atender aos interesses imperiais, ou hegemônicos, dos países que abrigavam os primeiros centros de estudo do novo campo. Enquanto os britânicos utilizavam-se das RI como ferramenta teórica para descobrir as causas da decadência do seu Império e os meios para evitá-la, os estadunidenses buscavam legitimar e promover seu poder em ascendência. Focados nos seus interesses, raras vezes os anglo-saxões debruçaram-se sobre a relação entre nações fracas e fortes, ou preocuparam-se com “a questão de como e sobre que circunstâncias os débeis foram capazes de contrapor sua inferioridade [...]” (GULLO, 2018, p.29). Assim, Gullo aponta os efeitos “tóxicos” causados pela maciça importação das teorias centrais pelos estudiosos das nações periferias, que prevalece sobre a

¹ Universidade do Vale do Itajaí (Univali), Itajaí – SC – Brasil. Professor no curso de Relações Internacionais. Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc), Florianópolis – SC – Brasil. Mestre em Relações Internacionais. ricardo.boff@univali.br.

produção própria, e propõe-se a contribuir com a necessária construção de uma teoria periférica.

No primeiro capítulo, Gullo identifica os problemas decorrentes da origem anglo-saxã da disciplina. Primeiramente, descreve quem foram os principais autores europeus, destacando Hans Morgentau e Raymond Aron, que vincularam os estudos das RI com as estratégias de poder dos países aliados Ocidentais. Especificamente nos Estados Unidos, as RI tiveram idêntica função através de autores consagrados como Henry Kissinger, Zbigniew Brzezinski e Samuel Huntington, que não apenas circularam nos corredores, mas entraram na “cozinha” da alta cúpula do poder (GULLO, 2018). Portanto, as potências anglo-saxônicas, embora de modo mais sofisticado, utilizaram-se das RI de modo idêntico ao que haviam feito com a geopolítica clássica, com autores como o alemão Friedrich Ratzel e o estadunidense Alfred Mahan, que formularam seus estudos para servir aos interesses do Estado. Ao partir da premissa de que toda reflexão é uma “reflexão situada”, ou “culturalmente situada” (GULLO, 2018), e de que o inglês se converteu na língua franca da disciplina, todo acadêmico que se puser a pensar com base na literatura clássica das RI “[...] não pode escapar ao constrangimento de perceber a realidade da disciplina segundo o entendimento desses teóricos anglo-saxões [...]” (GULLO, 2018, p.41).

O objeto de estudo das Relações Internacionais, para Gullo, é primordialmente as relações políticas, que por sua vez tem como ponto central as relações de poder. Assim, das três dimensões que compõem o sistema internacional – política, economia e cultura – é na primeira que o campo das RI deve se concentrar. Ao estudar relações de poder, é essencial identificar corretamente os atores que o exercem, pois “Errar na identificação do ator leva, inexoravelmente, a uma análise equivocada” (GULLO, 2018, p.52). Para facilitar a identificação, Gullo divide os atores relevantes em dois tipos ideais: as “unidades políticas com assento territorial” (UPCAT), fundamentalmente compostas pelos Estados, mas também por qualquer agente que exerça domínio efetivo sobre um território; e “unidades políticas sem assento territorial” (UPSAT), grupos sem domínio territorial, mas que buscam cumprir objetivos religiosos, filantrópicos ou econômicos, como os povos nômades ou a oligarquia financeira internacional.

Situado o poder como objeto essencial das RI, e classificados os tipos de atores que o exercem, Gullo define que as Relações Internacionais: “[...] se caracterizam primordialmente por serem de subordinação, em que se diferenciam unidades políticas subordinadas e unidades políticas subordinantes” (GULLO, 2018, p.66, grifo do autor). As definições tradicionais focam nas relações entre

nações, ou interfronteiriças, omitindo a hierarquização entre os atores – centro-periferia, subordinantes-subordinadas – inerentes às Relações Internacionais. A partir dessa definição, Gullo propõe a existência de quatro tipos de unidades políticas (UPCAT ou UPSAT) existentes nas RI: *subordinantes*, que impõem sua vontade; *autônomas*, que resistem à imposição; *subordinadas*, que não resistem à imposição; e *insubordinadas*, ou *rebeldes*, que, após sofrerem um processo de subordinação, tratam de recuperar sua autonomia. É fundamentalmente para as unidades subordinadas, mas potencialmente rebeldes, que Gullo dirige sua teoria periférica.

As UPCAT, trabalhadas no segundo capítulo, formaram-se, ao longo da história através do amálgama da religião, língua, cultura e objetivos comuns. Na medida em que a sedentarização lhes permitiu desenvolver processos produtivos mais eficientes e gerar excedentes, algumas unidades desenvolveram vantagens comparativas – população, recursos, tecnologia, moral comunitária, sentido de grandeza, convicções coletivas, etc. – que lhes permitiram avançar territorialmente sobre outras unidades. A razão principal dessa tendência expansiva das unidades mais bem-sucedidas reside “no instinto de poder e no apetite por riqueza” (GULLO, 2018, p.76). Para saciar esse apetite, a maneira mais eficaz encontrada pelas nações subordinantes é fazer com que as subordinadas trabalhem para aquelas, através da escravidão direta obtida pela conquista de outros povos. Essa é a origem da dialética de subordinação-insubordinação entre as unidades territoriais.

As nações subordinadoras, nesse processo, desenvolvem o patriotismo como uma força profunda. O interesse patriótico consiste na prioridade pela segurança física da população, na salvaguarda do espaço físico e na preservação do patrimônio cultural. Nações subordinantes possuem esses valores como “forças profundas” que se contrapõem à cooptação por interesses de grupos particulares. Existe um “sentido de grandeza” e uma “convicção coletiva” que protegem essas unidades contra forças dispostas a subordiná-las (GULLO, 2018, p.90). Nas nações débeis ocorre o contrário: o surgimento de líderes dispostos a conduzir seus países a um patamar de poder mais elevado embarra na ausência de imperativos patrióticos consolidados como forças profundas.

As UPSAT, detalhadas no terceiro capítulo, são forças que buscam seus fins sem contar com domínio territorial e cuja atuação ultrapassa os limites internos das nações. Para isso, não hesitam em cooptar as classes dirigentes das UPCAT. Gullo lista os principais tipos de UPSAT: *Organizações Não-Governamentais (ONGs)*, como a Open Society Foundatios, que atuam contra ou a favor de

determinados governos, inclusive fomentando separatismos; as *entidades religiosas*, como a Igreja Católica; as *grandes organizações delitivas*, principalmente os carteis de drogas; as *empresas transnacionais*, que cada vez mais rompem o cordão umbilical que lhes vincula ao Estado de origem para tornarem-se “apátridas”, resultando em uma “nova burguesia mundial cosmopolita” (GULLO, 2018, p.117); finalmente, o autor enfatiza a *oligarquia financeira internacional*. Surgida após o processo de desregulação da década de 1970, essa “bancocracia”, com ampla capacidade autônoma de ação através dos “golpes de mercado”, busca controlar as UPSAT – inclusive as grandes potências. Assim, os bancocratas, ao exercerem o “imperialismo do dinheiro”, ou “ultraimperialismo”, assemelham-se aos saqueadores nômades da antiguidade, pois ambos os grupos, desprovidos de domínio territorial, especializaram-se em saquear a riqueza de quem produz territorialmente (GULLO, 2018).

O quarto capítulo é dedicado à análise do sistema internacional, definido como um “conjunto de elementos que, conformando um todo integrado, se encontram essencialmente ligados entre si por influências assimétricas” (GULLO, 2018, p.138). Embora existam regras que regem o sistema, elas são válidas, de forma absoluta ou relativa, de maneira distinta para as diferentes unidades, conforme o poder de cada uma delas. Ou seja, algumas unidades (territoriais ou não) exercem maior poder do que outras sobre o funcionamento do sistema e a constituição de suas regras. Portanto, a ideia de “interdependência” fica prejudicada: embora as nações estejam mais interligadas economicamente, a assimetria de poder entre elas faz da igualdade jurídica uma peça de ficção. Outra vez, Gullo destaca a proeminência atual da oligarquia financeira na conformação das estruturas materiais de poder e da superestrutura cultural.

O poder é tratado com mais profundidade no quinto capítulo. Gullo resgata os elementos de poder de autores como Morgenthau e Nicholas Spykman, destacando que, embora ambos valorizem a imprescindibilidade de fatores materiais, como econômicos e militares, são os elementos intangíveis que residem no topo da estrutura de poder, como cultura e conhecimento. Para que um Estado crie e/ou desenvolva seus elementos, e transforme seu “poder em potência” em “poder em ato”, é fundamental que haja um “impulso estatal”. Para isso, não se pode esquecer que a consistência da pirâmide do poder “[...] depende menos dos fatores tangíveis do que dos intangíveis, como a moral e o caráter nacional” (GULLO, 2018, p.175). Foi dessa maneira que nações como Holanda, França, Inglaterra e Estados Unidos, em crescente complexidade, criaram um “*umbral de resistência*”, que consiste na capacidade de não cair em estado de subordinação,

e no seu auge formaram um “*umbral de poder*”, tido como o grau de autonomia externa necessária tornar-se um ator principal na construção da ordem internacional (GULLO, 2018).

A ideologia como ferramenta de poder é o tema do sexto capítulo. Gullo parte do princípio de que sempre pensamos a partir de categorias pré-estabelecidas. Assim, não é difícil constatar que as unidades mais poderosas incentivam especialistas a criar “categorias de análise funcionais a seus interesses” (GULLO, 2018, p.184), ao mesmo tempo em que buscam abafar, ou até ridicularizar, o pensamento que as contrapõem e convencer as elites das unidades subordinadas de que as categorias das nações centrais são as únicas verdadeiras. Essa “subordinação ideológica da periferia” é reforçada através dos meios de comunicação, que promovem uma “manipulação não violenta”, nos termos de Michel Foucault (GULLO, 2018, p.198).

A subordinação ideológica, estudada no sétimo capítulo, tem sido uma prática constante de todos os países bem-sucedidos, dos quais Gullo traz exemplos. A Grã-Bretanha utilizou-se largamente do protecionismo, até ser-lhe conveniente prognosticar aos demais o uso do livre-cambismo, conforme elaborado por Adam Smith; até o marxismo, afirma o autor, foi útil na propagação do livre-comércio e da divisão de nações; a Alemanha fez algo idêntico, dando seu arranque no século XIX com amplo intervencionismo, para depois propagar princípios neoliberais na construção da União Europeia; os Estados Unidos, atualmente condutores do neoliberalismo como ideologia subordinante, apagam propositalmente de sua história o protecionismo que até hoje exercem. Assim, prevalece a “falsificação da história do desenvolvimento” (GULLO, 2018, p.240). Na América Latina, o discurso neoliberal tem sido usado para evitar que os países, principalmente através de algum tipo de união, promovam a insubordinação ideológica e o impulso estatal.

O capítulo oitavo é dedicado à política exterior. Relembrando a premissa de que as teorias das RI são vinculadas a interesses e valores, uma teoria periférica das relações internacionais torna-se uma ferramenta imprescindível à insubordinação. Gullo relembra que o poder é o que determina a colocação do Estado no sistema internacional e que segue sendo “a medida de todas as coisas” (GULLO, 2018, p. 249). Basicamente, cada Estado possui três ferramentas existentes em política exterior – diplomacia, força militar e inteligência - para, nos termos de Hegel, atuar em prol de uma política *liberacionista*, que implica em defender um grau máximo de autonomia possível, ou *colaboracionista*, que resulta na subordinação. Para evitar a primeira opção, as grandes potências bus-

cam fragmentar e dividir os Estados periféricos, gerar ideologias favoráveis a si, formar elites colaborativas e, através delas, propagar suas ideologias e modo de vida. Essas ações são executadas por “[...] órgãos oficiais e não-oficiais, sejam visíveis ou encobertos fora do limite dos seus territórios” (GULLO, 2018, p. 257). Gullo traz exemplos do uso dessas ferramentas por Alemanha, Rússia, Inglaterra e Estados Unidos.

Nesse cenário, o autor traça quatro tipos ideais de conduta que os Estados podem exercer no sistema internacional. O primeiro consiste na *insubordinação* passiva, que ocorre nas UPCAT cuja política exterior expressa desejos e interesses do “outro principal” (GULLO, 2018, p. 271); já a *subordinação ativa* é tolerada, devido a uma correlação de forças desfavoráveis, mas mantém-se – pelo menos em parte significativa da elite política – o desejo de revertê-la; a *insubordinação pragmática* ocorre quando inicia-se, internamente, um processo de insubordinação, mas sem desafiar abertamente o “outro principal”; esse tipo de insubordinação, quando não passa de discurso, é considerado *epidêmico*, tornando-se *medular* somente quando passa-se ao campo da ação; por último, a *insubordinação revisionista*, de caráter regional ou global, ocorre quando uma UPCAT empreende esforços para adquirir um umbral de resistência e, a partir daí, obter um umbral de poder necessário para alçar-se à condição de potência que faz parte da estrutura hegemônica de poder mundial.

A “modo de conclusão”, Gullo relembra que o sistema internacional é composto pelas UPCAT, que disputam o poder entre si, e UPSAT, que disputam o poder com as unidades territoriais. Atualmente, Estados Unidos, China e Rússia são as unidades mais importantes do primeiro tipo, e a oligarquia financeira internacional, do segundo. Gullo aponta que a oligarquia financeira beneficia-se do hedonismo, consumismo e relativismo, oriundos das ideologias pós-modernas e que estão na raiz do neoliberalismo, o que coloca em risco as noções de pátria e coletividade, inclusive a religião, que sustentam projetos nacionais. Não somente a periferia, mas as grandes potências estão sujeitas a esse risco. Gullo cita o exemplo da decadência europeia, tomada por esses valores considerados nocivos, e demonstra os riscos do avanço neoliberal conduzido pela UPSAT financeira na Rússia, China e Estados Unidos, bem como reações que estão ocorrendo nesses países. Para que a América Latina, em tal cenário cenário, seja capaz de projetos nacionais próprios e integrados, fundados em pensamento insubordinado à ordem internacional, deve-se enfrentar o duplo desafio representado pelas nações hegemônicas e pelo financismo apátrida.

A teoria crítica desde a periferia, construída por Gullo, retoma a tradição latino-americana de pensar o mundo a partir das relações centro-periferia, presente nas correntes teóricas oriundas da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e nas teorias da dependência. O diferencial desta obra, que dá sequência a textos anteriores do autor, como *Argentina Brasil: a Grande Oportunidade* (2006) e *A Insubordinação Fundadora: Breve História da Construção do Poder pelas Nações* (2014), é apresentar uma abordagem teórica completa e sistemática das Relações Internacionais, a qual, além de trazer densa análise do funcionamento do sistema internacional, serve de guia de ação para as nações periféricas, especialmente a América Latina. Assim, acadêmicos, jornalistas, formuladores de políticas públicas e o público em geral recebem uma teoria que, ao olhar o mundo a partir da periferia, contribui para a construção de projetos nacionais, em países periféricos, que lhes possibilite atingir um grau de independência jamais experimentado em suas sociedades.

REFERÊNCIAS

GULLO, M. **A insubordinação fundadora**: breve história da construção do poder pelas nações. Florianópolis: Insular, 2014.

GULLO, M. **Argentina Brasil**: a Grande Oportunidade. Rio de Janeiro: Editorial Mauad, 2006.

Recebido em 24 de maio de 2018

Aprovado em 15 de agosto de 2018

